



## TERMO DE REFERÊNCIA

### I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1. Aquisição de 01 (um) caminhão pipa**, mediante recursos do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme Convênio Federal nº 981068/25, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, conforme especificações abaixo, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2. Especificação do objeto:**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd	Valor Total Estimativa
1	008.024.118	Especificações: capacidade mínima, igual ou superior a 9000 (nove mil) litros; tração 4X2; cabine frontal basculante; motor a diesel; tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros; cambio de mínimo 06 marchas a frente, e 01 marcha à Ré; ano de fabricação 2025; película insulfilm instalado conforme legislação vigente; equipado com caixa de bomba que opere com pressão e vazão, acionada por tomada de força (TDP), mangueiras com comprimento mínimo de 30 metros guinchos reguláveis para lavagens de rua; Barra traseira tipo chuveiro; bico tipo “rabo de pavão” e bico de pato para jato de água com pressão de bomba padrão; aspersor dianteiro para umedecimento de vias; para choque;	UN	1	R\$ 626.500,00



		para barro e protetor lateral para ciclista; sinalização exigida por lei; com homologação do IMETRO e atendimento as demais exigências do CONTRAN.			
<b>Valor Total Estimado R\$ 626.500,00</b>					

**1.3.** Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

#### **Do Prazo de Vigência da Contratação**

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Bataguassu/MS possui entre suas atribuições o apoio ao desenvolvimento das atividades agropecuárias no município, especialmente por meio de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao incentivo à produção rural. Nesse contexto, verifica-se a necessidade de ampliação da capacidade operacional da secretaria para atender, de forma mais eficiente, as demandas dos produtores rurais locais.

**2.2.** Atualmente, observa-se que a estrutura disponível para atendimento às demandas relacionadas ao abastecimento de água nas comunidades rurais e à manutenção das estradas vicinais é limitada, o que compromete a execução adequada dessas atividades. Essa limitação impacta diretamente o fornecimento de água potável aos assentamentos rurais, bem como dificulta a conservação das vias não pavimentadas, essenciais para o escoamento da produção agrícola e o deslocamento da população.

**2.3.** Diante desse cenário, torna-se necessária a aquisição de um caminhão pipa com capacidade técnica adequada para apoiar as atividades desenvolvidas pela Secretaria



Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, possibilitando maior eficiência no abastecimento de água, na manutenção das estradas vicinais e no atendimento às demandas emergenciais do meio rural.

**2.4.** A contratação está vinculada à aquisição de Caminhão Pipa, por meio de recursos do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), conforme proposta nº 056061/2025 e Convênio Federal nº 981068/25, visando fortalecer a capacidade operacional do Município de Bataguassu/MS. A disponibilização do equipamento contribuirá diretamente para a melhoria da infraestrutura rural, garantindo o fornecimento de água potável às comunidades do campo e melhores condições de trafegabilidade nas estradas vicinais.

**2.5.** Sob a perspectiva do interesse público, a aquisição do caminhão pipa permitirá ampliar a capacidade de atendimento às demandas do setor rural, promover maior eficiência na prestação dos serviços públicos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, além de fomentar o desenvolvimento econômico local de forma sustentável.

**2.6.** A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2026
- III) Data de republicação no PNCP: 28/04/2026
- IV) Id do item no PCA: 286/26
- IV) Classe/Grupo: 234246328 Aquisição de Caminhão Pipa

### **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução proposta compreende a aquisição de 01 (um) caminhão pipa. A aquisição tem como objetivo fortalecer as ações de apoio ao setor rural do município, atendendo à crescente demanda por serviços de abastecimento de água potável nas comunidades rurais e suporte às atividades de manutenção das estradas vicinais.

**3.2.** O equipamento será utilizado no fornecimento de água para assentamentos rurais, apoio a comunidades que enfrentam escassez hídrica, bem como na execução de



serviços essenciais, como umectação de vias não pavimentadas, contribuindo para a conservação das estradas e melhoria das condições de trafegabilidade, especialmente em períodos de estiagem.

**3.3.** A ampliação e modernização da frota da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura é essencial para garantir maior eficiência, agilidade e continuidade na prestação dos serviços públicos, permitindo melhor atendimento às demandas da população rural e maior efetividade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do meio rural.

**3.4.** Além disso, a disponibilização de um caminhão pipa com capacidade técnica adequada contribui para a melhoria da qualidade de vida no campo, assegurando o acesso à água potável, fortalecendo a infraestrutura rural e promovendo o desenvolvimento econômico local, com impactos positivos diretos e indiretos para toda a coletividade.

**3.5.** A solução abrange ainda a previsão de garantia de qualidade, com a empresa fornecedora responsabilizando-se pela garantia mínima de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação e assegurando sua plena funcionalidade durante esse período. Além disso, a empresa contratada se comprometerá a fornecer suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, conforme necessário, para garantir a operacionalidade contínua do maquinário e sua disponibilidade para uso imediato, sem comprometer as atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**3.6.** Dessa forma, a aquisição de 01 (um) caminhão pipa assegura que o município de Bataguassu/MS tenha os veículos necessários para garantir um atendimento eficiente e seguro à população.

**3.7.** Não será permitida a participação de empresa em regime de consórcio.

#### **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Especificação do objeto**

**4.1.** O veículo a ser adquirido deverá possuir motorização com potência mínima entre 180 cv e 290 cv, equipado com motor de 04 (quatro) a 06 (seis) cilindros, devendo





atender aos requisitos de desempenho, eficiência e capacidade operacional necessários para a adequada execução das atividades da Administração Pública.

**4.2.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**4.3.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**4.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**4.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**4.6.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.7.** A entrega do objeto deverá ocorrer por conta da Contratada, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**4.8.** O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**4.9.** A contratada deverá realizar treinamento básico de operação e manutenção preventiva do equipamento aos servidores designados pela Administração, no momento da entrega técnica do veículo, abordando o funcionamento dos comandos, procedimentos de operação segura e orientações quanto às boas práticas de uso, conforme as recomendações do fabricante. Tal medida visa garantir a correta utilização do equipamento, preservar sua vida útil e assegurar maior eficiência na execução das atividades.

**Da exigência de amostra/prospecto:**



**4.10.** Para assegurar a qualidade dos produtos e o atendimento às especificações, a proponente deverá encaminhar, quando solicitado, documentos comprobatórios (fichas técnicas/catálogos, folhetos, manuais, etc.) dos equipamentos solicitados.

#### **Garantia da contratação**

**4.11.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.

#### **Subcontratação**

**4.12.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os veículos deverão ser entregues no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da autorização de fornecimento, prorrogáveis mediante autorização da contratante.

**5.2.** O veículo deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Bataguassu/MS, localizado na Rua dos Anjos, n. 628, Jd. São Francisco, em Bataguassu/MS, durante o horário comercial, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h (horário oficial de Brasília).

**5.2.1.** A entrega do veículo agrícola deve ser realizada por guincho, caminhão cegonha ou transporte adequado, garantindo que o veículo chegue ao destino em perfeito estado, com zero quilômetro.

**5.3.** O veículo deverá ser entregues em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, acompanhadas da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar informações como: tipo de produto, características, especificações técnicas, fabricante, procedência e garantia mínima padrão.

**5.4** A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, qualquer item entregue com avarias, defeitos ou divergências em relação ao solicitado no Termo de Referência, no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação feita pela contratante.



**5.5.** Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando justificativa e comprovação que motivem o eventual atraso.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.6.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante/vendedor, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.7.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**5.8.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**5.9.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**5.10.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**5.11.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a **reparação ou substituição dos bens** que apresentarem vício ou defeito no **prazo de até 10 (dez) dias**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**5.12.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**5.13.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização



em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**5.14.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**5.15.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**5.16.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano





complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.6.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.6.1.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.6.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.6.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.6.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.6.5.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.7.** O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.7.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.8.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das



alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.10.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.11.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.13.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**7.1.** Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



**7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

**7.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.7.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

**7.7.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.8.1.** o prazo de validade;

**7.8.2.** a data da emissão;

**7.8.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;



**7.8.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.8.5.** o valor a pagar; e

**7.8.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

**7.11.** Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

#### **Prazo de pagamento**

**7.15.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **Forma de pagamento**

**7.16.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.





**7.17.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.18.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.19** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.20.** O contratado, optante pelo Simples Nacional, não sofrerá retenção tributária sobre os impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

## **VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme disposto no art.28, da Lei nº 14.133/2021.

### **Forma de fornecimento**

**8.2.** O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.4.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.6.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do



ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.8.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.12.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.13.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.14.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.17.** As certidões acima elencadas, que não possuem expressamente prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.18.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**8.19.** Será exigida apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que deverá apresentar no prazo mínimo de 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação, sob pena de desclassificação.

### **IX. ESTIMATIVA DO PREÇO**

**9.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 626.500,00 (seiscentos e vinte e seis mil e quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

### **X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2025 (LOA Nº 3.228/2025).

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:



Gestão/Unidade: 021901
Fonte de Recursos: 1700
Programa de Trabalho: 18.541.0516.2102
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.48
Ficha: 646

Gestão/Unidade: 021901
Fonte de Recursos: 1500
Programa de Trabalho: 18.541.0516.2102
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.48
Ficha: 600

Bataguassu-MS, 30 de abril de 2026.

**Elaboração:**

**Nathália Schulz Cardoso**

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

**Geovani Tavares Martim**

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

**Kauan Lucio Ferreira da Rosa**

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

**Aprovado por:**

**Ana Laura Lara Pereira Pinto**

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura